Contextualização do problema agrário no Brasil para o Fórum Terra 2014

No século XX, muitas medidas em favor da reforma agrária foram concebidas e implantadas em muitos lugares do planeta. Na América Latina, no contexto da guerra fria, a reforma agrária foi vista como meio de modernizar o campo e ao mesmo tempo barrar o “perigo comunista”. Portanto, ela foi defendida mesmo por pensadores conservadores. No entanto, o Brasil apresenta números muito modestos da reforma agrária. Convém lembrar que instrumentos favoráveis à reforma agrária foram previstos no Estatuto da Terra, concebido nas vésperas do golpe militar na perspectiva das reformas de base e aprovado no governo autoritário (o que revela de certa maneira o contexto favorável para a reforma agrária naquele período). Porém, as páginas do Estatuto da Terra sobre os dispositivos de reforma agrária foram engavetadas no governo militar, que promoveu a modernização conservadora da agricultura.

Com a redemocratização, a reforma agrária retorna a agenda política brasileira, mas suas características podem ser identificadas como conservadoras, no sentido de responder a exigências imediatas, de minimizar conflitos, de criminalizar protestos sociais, de apoiar pouco os assentamentos e de pouco ou nada contrariar os interesses dos grandes proprietários.

De toda forma, os governos FHC e Lula assentaram um número importante de famílias. Segundo levantamento publicado pelo INCRA em 2010, no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em sete anos foram assentadas 574,6 mil famílias em uma área de 46,7 millhões de hectares. Ou seja, um número que representa 55% de tudo que foi realizado na área de reforma agrária em 40 anos de existência do INCRA. Porém, existem fortes críticas e dúvidas quanto a fidedignidade de tais dados. De toda maneira, no governo Dilma, houve uma redução considerável de implantação de novos assentamentos.

Por outro lado, nos governos do PT, vale destacar inovações em termos de políticas de comercialização, nascidas com o Fome Zero, que beneficiam os assentamentos, em particular o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). De acordo com PAA DATA/SAGI (2012), no ano de 2011 um total de 161.121 agricultores (principalmente do Sudeste e Nordeste) participavam do PAA, atendendo 20.178.450 pessoas. Este número é baixo considerando o universo da agricultura familiar no Brasil, mas o dispositivo Compra Direta com Doação Simultânea é particularmente interessante para os assentados. Em São Paulo, os assentados participam de forma significativa do fornecimento de alimentos no âmbito do PAA.

No debate atual sobre a reforma agrária, duas posições estão em concorrência: de um lado, aqueles que defendem a reforma agrária acreditam em seus impactos na redução da pobreza e desigualdade social, considerando também uma sub-utilização das terras (os assentamentos permitiriam maior produção de alimentos para o consumo interno do país). Outro argumento em favor da RA é a geração de emprego de forma eficaz e barata, com estancamento do êxodo em direção às periferias das grandes cidades.

Para os céticos e oponentes, a reforma agrária tornou-se irrelevante frente à modernização tecnológica da agricultura (com a produção abundante e os lucros gerados pelo agronegócio). Nesta ótica, o tempo para se realizar uma reforma agrária já passou, já que somente 1/5 da população vive no campo. Assim, os investimentos públicos na RA deveriam ser redirecionados para a expansão de programas de bem estar social nas cidades. Estes opositores à reforma agrária consideram os movimentos sociais do campo como revolucionários e violentos, podendo desestabilizar a produção agrícola

A oposição contra a Reforma Agrária tem influenciado muito o debate atualmente, inclusive o tema da reforma agrária não emergiu nos debates eleitorais de 2014. As sintéticas diretrizes do governo Dilma (2015/19) sinalizam a continuidade das ações governamentais, representando pouca prioridade para a instalação de novos assentamentos. Por outro lado, é prometido apoio para a agricultura familiar e para o desenvolvimento de assentamentos já implantados. No entanto, não há definições claras sobre como estas medidas ocorrerão.

Neste debate, a agroecologia passa a ter reconhecimento nos programas de governo, a tal ponto que o Programa de governo do candidato Aécio Neves se mostra favorável a investimentos para o desenvolvimento de tecnologias agroecológicas. De outro lado, o governo Dilma lançou a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Com esta evolução do debate, a agroecologia poderá cada vez mais constituir-se em uma oportunidade para o revigoramento da defesa da reforma agrária, já que a agroecologia é associada a agricultura familiar, ao mercado local, à produção cuidadosa e ambientalmente correta.